



Sétima Câmara Cível

Embargos de Declaração nº. 193508-2/02

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Nirelda de Oliveira Machado

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INTUITO MERAMENTE PARA PRÉ-QUESTIONAMENTO DA MATÉRIA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO ÚNICA DE REDISCUTIR MATÉRIA AMPLAMENTE ANALISADA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Da literalidade da Ementa do Acórdão vergastado, bem como do voto exarado por esta Relatoria, pode-se inferir que esta Câmara Cível discutiu e apreciou, detidamente, os argumentos desenvolvidos pelo ora embargante, no que se refere aos princípios constitucionais, quando da análise da matéria em Recurso de Agravo nos autos em apenso.

2. Quanto à alegada "falta de fundamentação" das questões federais levantadas, melhor sorte não assiste ao embargante, vez que, a bem da verdade - e como não poderia deixar de ser, a questão de fundo daquele julgado tratou exatamente sobre todo o mérito recursal, ao ponderar sobre tais princípios constitucionais, considerou, ainda o direito à vida e à saúde dever do Estado.

3. Pretende, assim, o embargante rediscutir matéria já examinada neste juízo ad quem através dos presentes aclaratórios, o que é manifestamente impossível diante do estreitamento desta via recursal, voltada exclusivamente para sanear eventuais falhas constantes no julgado, desde que previstas nas hipóteses do art. 535, CPC, o que, evidentemente, não é o caso.

4. Mesmo quando visern especificamente ao pré-questionamento, não podem os embargos de declaração ultrapassar os contornos do artigo 535 do CPC.

5. Embargos **CONHECIDOS** e **REJEITADOS**, considerando a inexistência de omissões quanto à matéria posta em julgamento. Por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos Declaratórios nº 193508-2/02** da Comarca do Recife, em que figura, como embargante **Estado de Pernambuco** e, como embargada Nirelda de Oliveira Machado,

ACORDAM os Desembargadores integrantes da 7ª Câmara Cível, por unanimidade de votos, negar provimento aos Embargos de Declaração opostos pelos embargantes, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 18 de Maio de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



Sétima Câmara Cível

Embargos de Declaração nº. 193508-2/02

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Nirelda de Oliveira Machado

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

RELATÓRIO

Cuida-se de **Embargos de Declaração** opostos pelo Estado de Pernambuco em face do Acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo nº 193508-2/01 em apenso, no qual, se negou provimento ao Recurso de Agravo, mantendo-se a decisão monocrática vergastada.

A decisão tomou a seguinte ementa;

RECURSO DE AGRAVO. CONSTITUCIONAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. AGRAVADA PORTADORA DE INSULINOMA. MEDICAMENTO NÃO PREVISTO EM LISTA OFICIAL. FORNECIMENTO. POSSIBILIDADE. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. *É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para qualquer, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.*

2. *Enunciado nº 18 desta E. Corte de Justiça. Não possuindo a agravada recursos financeiros para adquirir medicamento do qual carece, e dada à necessidade de sua utilização, é dever do Estado fornecê-lo gratuitamente, propiciando o tratamento adequado à demandante, vez que é dever do Poder Público, em qualquer de duas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhe os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana.*

3. *Recurso de Agravo improvido.*

4. *Decisão unânime.*

Nestes aclaratórios, alega o embargante que o acórdão suso mencionado padece de omissões ao não se pronunciar sobre a aplicação dos artigos 2º, 5º, caput, 37, caput e XXI, 109, I, 196 e 198, caput e § 1º, todos da Constituição Federal de 1988.

No mais, requer o pronunciamento explícito das questões federais acima citadas para fim de interposição de recurso extraordinário e especial.

É o relatório.

VOTO

Os presentes aclaratórios não merecem acolhimento.

O pedido de esclarecimento da decisão camufla a pretensão infringencial da embargante, intento que se confirma quando atinamos para a improcedência dos argumentos aqui exercitados, cujo propósito de revisar o mérito do julgado impugnado é patente.



202

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

08

O ponto que o embargante almeja atingir diz respeito, a suposta falta de fundamentação no que se refere a fornecimento de medicamento de alto custo fora da lista oficial, em especial, ao ferimento dos princípios constitucionais da independência dos poderes, dos princípios norteadores da administração pública, isonomia e igualdade.

Tais alegações não merecem prosperar;

Inicialmente porque, não se deve confundir omissões com inconformismo. Se as considerações tomadas naquele julgado restaram desfavoráveis às pretensões do ora embargante, deve, ele se valer das vias recursais adequadas ao seu intento reformulador e não opor estes aclaratórios, cuja natureza é, por essência, integrativa.

Nesse sentido, é de se ter em mente que as sugeridas omissões existentes naquele julgado não se fundam sobre ele em si, mas sim do próprio mérito do recurso dantes manejado, sendo irrelevante, para os fins estreitos destes embargos declaratórios, que a parte indique sugerida omissão, já que, como visto, impossível de se discutir o mérito do *decisum* em sede de aclaratórios:

"PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM APELAÇÃO CÍVEL CONFIRMATÓRIO DE DECISÃO DO JUÍZO A QUO. 1. EMBARGANTES QUE INDICAM A TÍTULO DE OMISSÃO/CONTRADIÇÃO/OBSCURIDADE MATÉRIAS AFETAS AO MÉRITO DO DECISUM. 2. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS LEGAIS. MEIO INIDÔNEO PARA REEXAME DE QUESTÕES DE FUNDO. 3. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME." (Embargos de Declaração nº 107936-5/01, 4ª Câmara Cível TJPE, Rel. Des. Eloy D'Almeida Lins, julgado em 08/06/06).

Outrossim, quanto à alegada "falta de fundamentação" das questões federais levantadas, melhor sorte não assiste ao embargante, vez que, a bem da verdade - e como não poderia deixar de ser, a questão de fundo daquele julgado tratou exatamente sobre todo o mérito recursal, ao ponderar sobre tais princípios constitucionais, considerou, ainda o direito à vida e à saúde dever do Estado.

Neste sentido faço questão de repetir trecho do meu voto, segue abaixo;

Como dito anteriormente, o bem maior é a vida, o que se busca nestes autos é apenas uma chance da autora de continuar a viver. Por certo, o judiciário não deveria intervir nestes casos, a Administração Pública é que deveria fornecer todo e qualquer medicamento eficaz que o tratamento requeresse.

Neste ponto, peço licença para transcrever voto do Des. João Bosco Gouveia de Melo no julgamento do Agravo Regimental nº 126027-3/01 (1º Grupo de Câmaras Cíveis).

Isso porque o direito a saúde, desdobramento ao próprio direito a vida, é um direito fundamental de todos os cidadãos, cuja tutela se dá pela própria Constituição Federal. Ademais, conforme é possível verificar em seus dispositivos legais, a Carta Maior estendeu esse direito a todos, atribuindo ao Estado a responsabilidade de possibilitar a todos o acesso a essa garantia fundamental.



203

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

08

A relevância da Fundamentação, in casu, reside justamente no fato da Constituição Federal dispor que "a saúde é direito de todos e dever do Estado", garantindo, também, o "acesso universal e igualitário às ações para a sua promoção, proteção e recuperação" (artigo 196).

É justamente por tratar-se de uma obrigação do Estado que não se pode falar em discricionariedade administrativa, ainda mais quando o que está em jogo é a vida e o bem estar de pessoas, que não podem ser privadas do acesso aos medicamentos e tratamentos necessários.

Inclusive citei julgamentos das 7ª e 8ª Câmaras Cíveis, aos quais consubstanciaram o meu voto.

Tem-se, portanto, que as alegadas omissões do julgado nada mais são do que, senão, fruto do Inconformismo do embargante com aquele resultado que lhe foi desfavorável, sob a sugerida alegação, de que os julgadores procederam com erro no julgamento.

Quanto à intenção de prequestionar as questões federais (artigos 2º, 5º, caput, 37, caput e XXI, 109, I, 196 e 198, caput e § 1º, todos da Constituição Federal de 1988), deve-se considerar que a concepção predominante no atual estado de nosso Direito é de que se conhecem os aclaratórios, para fins de prequestionamento, quando se der omissão no julgamento do apelo, isto é, quando, a despeito de provocação da parte, por ocasião da propositura do recurso, a Corte passa ao largo da questão federal. Tal se depreende, inclusive, da Súmula nº 356 do Supremo Tribunal Federal:

"O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento" (grifo nosso).

No mesmo sentido, veja-se a seguinte decisão, extraída dos anais do STJ:

"PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO - EFEITOS INFRINGENTES - PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS - IMPOSSIBILIDADE.

1. Inexistente qualquer das hipóteses do art. 535 do CPC, não merecem acolhida embargos de declaração opostos a fim de prequestionar dispositivo constitucional.

2. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, 2ª Turma, EDcl no AgRg no REsp 538241/RS, DJ 14.06.2006, p. 200).

Ante o exposto, e sem mais delongas, voto no sentido de conhecer os embargos opostos, **REJEITANDO-OS** diante da ausência de quaisquer dos vícios elencados no art. 535 do CPC.

Recife, 18 de Maio de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator